



Câmara aprova projeto que obriga a publicação de atas de conselhos e comissões

De autoria da vereadora Tírzah Teixeira de Freitas (NOVO), foi aprovado pela Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, com uma emenda supressiva, projeto de lei tornando obrigatória a publicação das atas de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias dos conselhos e comissões municipais, no Diário Oficial do Município, e envio para a Câmara Municipal, após sua imediata aprovação. De acordo com o texto aprovado, as atas deverão ser publicadas no prazo máximo de três dias úteis após a realização da reunião.

Página 3



Maioria dos vereadores aprovou a matéria com uma emenda supressiva.

Requerimentos
Solicitações dos vereadores ao Poder Executivo, aprovadas em plenário e encaminhadas aos setores competentes.

Página 4

Aprovados recursos para estruturação do Fundo Municipal do Idoso

Página 7

Centro Administrativo da Saúde ganha nome de Doutor Silas Faleiro



Doutor Silas: Homem público e dedicação integral à saúde da população.

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas aprovou projeto de lei de autoria do vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO, pelo qual fica denominado de "Centro Administrativo da Saúde Doutor Silas Faleiro" prédio de propriedade do município.

Página 2

Moção de aplauso APHOCAM

Plenário do Legislativo aprovou moção e aplauso da bancada do NOVO à Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Carmópolis de Minas (APHOCAM).

Página 5

Secretária explica atrasos na publicação da fila de espera do SUS



Sheila garantiu que o sistema começaria a funcionar em quinze dias. A Lei estabeleceu prazo de cento e oitenta dias para implementação das medidas previstas, encerrado sem que a população tivesse acesso às informações.

Página 8

População paga conta anual de R\$ 157 mil por isenção de tarifas de órgãos públicos

Montante não arrecadado com imóveis públicos municipais, atualmente beneficiados com isenção das tarifas de água, esgoto e resíduos sólidos, é de R\$ 13.093,50 mensais.

Página 7

Secretárias atendem convocação e esclarecem sobre empresa "Proseguir"

Foram apontados atrasos em repasses, valores divergentes, terço de férias não pago e inadimplência no recolhimento de FGTS e INSS.

Página 8

Distância para entrega de receitas médicas dificulta vida de pacientes

Vereador pediu mudanças à secretária da Saúde.

Página 3

Instabilidades no sinal da Vivo continuam prejudicando o município

As constantes instabilidades no sinal de telefonia e internet da operadora Vivo em Carmópolis de Minas voltaram a ser alvo de manifestação na Câmara Municipal.

Página 6

Vereador pede melhorias para a Policlínica

A necessidade de implantação, na Policlínica Municipal de Carmópolis de Minas, do regime de funcionamento 24 horas, foi apontada na sessão ordinária da Câmara realizada no dia 08 de junho de 2026.

Página 7

Garis recebem moção de aplauso por relevantes serviços à cidade

Por proposição do vereador Rafael Batista dos Reis, líder da bancada do MDB e em homenagem ao Dia do Gari, comemorado em 16 de maio, a Câmara Municipal de Carmópolis de Minas entregou, na sessão ordinária do dia 01 de junho de 2026, moção de aplauso aos garis que atuam no Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM).

Página 5

Centro Administrativo da Saúde ganha nome de Doutor Silas Faleiro

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas aprovou, por unanimidade, na sessão ordinária do dia 22 de junho de 2026, projeto de lei de autoria do vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO, pelo qual fica denominado de "Centro Administrativo da Saúde Doutor Silas Faleiro" o prédio de propriedade do município, construído na Rua Maria de Lourdes Costa, esquina com a Praça José Rodrigues. Fica revogada a Lei nº 2.250, de 11 de dezembro de 2019.

De acordo com Marcelo, a proposição tem por objetivo prestar justa e merecida homenagem ao saudoso doutor Silas Faleiro, denominando o Centro Administrativo da Saúde do município com seu nome, perpetuando a memória de um dos mais importantes cidadãos da história de Carmópolis de Minas.

Nascido em 02 de maio de 1935, filho de José Augusto Faleiro e Maria José Faleiro, doutor Silas graduou-se em Medicina pela então Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, em 1960. Após concluir sua formação e especializações, retornou a Carmópolis de Minas no final de 1961, tornando-se o único médico residente do município à época.

Sua trajetória profissional foi marcada pela dedicação integral à saúde da população. Durante treze anos, foi o único médi-

co da cidade, atendendo pacientes sem distinção de classe social, condição econômica ou localidade. Em uma época de escassos recursos, deslocava-se até comunidades rurais, muitas vezes a cavalo, para prestar assistência médica àqueles que necessitavam de seus cuidados. Sua atuação sempre foi pautada pela ética, humanidade e compromisso com a vida.

Doutor Silas exerceu por 35 anos a chefia do Centro de Saúde de Carmópolis de Minas e foi um dos grandes responsáveis pelo fortalecimento da estrutura de saúde do município, destacando-se como precursor da construção da Santa Casa local e colaborador fundamental para a ampliação dos serviços hospitalares. Também atuou como secretário municipal de Saúde em diferentes administrações, contribuindo decisivamente para a organização e expansão da rede pública de atendimento.

Além de sua destacada atuação médica, exerceu relevante papel na vida pública. Foi eleito prefeito municipal por duas oportunidades, conduzindo importantes obras e investimentos que impulsionaram o desenvolvimento de Carmópolis de Minas. Em seus mandatos, promoveu avanços nas áreas da saúde, educação, saneamento, infraestrutura, assistência social e esporte, sempre pautando sua atuação pelo

interesse público e pelo respeito aos recursos municipais.

Sua dedicação à comunidade foi amplamente reconhecida por diversas instituições. Recebeu homenagens da Associação Médica de Minas Gerais, do Conselho Regional de Medicina, da Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro e da Câmara Municipal, além de inúmeras condecorações pelos relevantes serviços prestados à população.

Mais do que médico e gestor público, doutor Silas Faleiro foi um homem de fé, de valores sólidos e de profundo compromisso com o bem comum. Sua vida foi inteiramente dedicada ao cuidado das pessoas, à defesa da saúde pública e ao desenvolvimento de Carmópolis de Minas. Seu legado permanece vivo na memória daqueles que tiveram o privilégio de conviver com sua generosidade, competência e espírito público.

Dessa forma, a denominação do Centro Administrativo da Saúde em sua homenagem representa um reconhecimento permanente da gratidão do povo carmopolitano, por sua extraordinária contribuição à saúde e ao progresso do município, preservando para as futuras gerações a memória de um cidadão cuja história se confunde com a própria história da saúde pública local.

Evento mostra dificuldades da Doglar em promover a saúde animal



Fernando pediu que a associação seja mais valorizada.

Comunicando sua participação em evento sobre saúde animal realizado em Carmópolis de Minas, com presença de representantes da Associação Doglar, entidade de proteção animal sediada no município, o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron, líder da bancada do partido REDE, destacou, na sessão ordinária da Câmara realizada no dia 01 de junho de 2026, a palestra proferida por Juliana Prudêncio, ex-vereadora na cidade de Três Corações(MG) e grande defensora da causa.

De acordo com Fernando, Juliana citou um argumento que tem sido repetido na Câmara, de que a Prefeitura é que depende da Doglar, e não o contrário. Para ele, o trabalho desenvolvido pelos voluntários da associação na cidade é de se admirar, pois é feito por amor e sem nenhum tipo de compensação financeira. Para Fernando, a Prefeitura precisa valorizar esse trabalho, que é de grande importância social.

O vereador lembrou que a obrigação de cuidar da saúde animal é, legalmente, do Poder Executivo, especificamente do setor de zoonoses, mas o que se vê é uma histórica dificuldade de valorizar esse serviço, não apenas pela atual administração, mas também pelas anteriores, incluindo os entraves sempre presentes de repasses de emendas parlamentares, sejam por meio de vereadores ou de deputados.

“Há uma dificuldade enorme de se conseguir esses recursos”, grifou Fernando.

Dentro dessa realidade, ele lembrou que a Prefeitura tem um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público, declarando essa obrigação, mas, na verdade, quem cumpre é a Doglar. O vereador também citou declaração de uma representante da associação, feita durante o evento, segundo a qual a entidade conseguiu fazer um determinado número de castrações, mas por meio de recurso levantado junto a um deputado, algo que é de obrigação do município.

Fernando sublinhou os bons resultados conseguidos por Juliana Prudêncio em Três Corações, cidade onde foi vereadora, focando todo o seu trabalho legislativo em favor da causa, tendo aquele município se tornado referência em cuidados com os animais. “Ela trouxe exemplos, a verdade do que pode ser feito”, assinalou o parlamentar, como forma de prevenção contra problemas como animais doentes, incluindo portadores de leishmaniose, transmissível aos seres humanos com graves consequências.

Concluindo, Fernando afirmou que a Doglar precisa ser mais valorizada pela administração municipal, pedindo o apoio do poder público a todos que trabalham em favor da causa animal em Carmópolis de Minas.

**Carmopolitano,
colabore com a
limpeza urbana.
Não jogue lixo
nas ruas.**



Uma campanha da
**CÂMARA MUNICIPAL DE
CARMÓPOLIS DE MINAS**

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)

Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010

Editor – João Bosco Ribeiro – reg. MG 3655 JP

Mesa Diretora da Câmara - 2026

Presidente: Claudinei Vicente da Silveira (REDE)

Vice-presidente: Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD)

Secretário: Fernando Luís Rabelo Lebron (REDE)

Tesoureiro - Rafael Batista dos Reis (MDB)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG - CEP 35.534-000

Tel.: 37 3407-0089

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br

Editoração e Impressão

Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda. – Oliveira MG

Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

**CARMOPOLITANO
EXERÇA SUA CIDADANIA**

Participe das sessões do
Legislativo e saiba o que
os vereadores fazem por
Carmópolis de Minas

Toda Segunda-feira, às 18h30

Câmara aprova projeto que obriga a publicação de atas de conselhos e comissões

De autoria da vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO), foi aprovado pela Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, com uma emenda supressiva, na sessão ordinária de 22 de junho de 2026, projeto de lei tornando obrigatória a publicação das atas de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias dos conselhos e comissões municipais, no Diário Oficial do Município, e envio para a Câmara Municipal, após sua imediata aprovação.

De acordo com o texto aprovado, as atas deverão ser publicadas no prazo máximo de três dias úteis após a realização da reunião. A publicação deverá conter, no mínimo: data, horário e local da reunião; nome dos conselheiros e membros das comissões presentes e ausentes; pauta discutida; deliberações e decisões tomadas; resultados de votações, quando houver.

As atas deverão ser disponibilizadas em formato digital, de forma organizada e acessível, no Portal da Transparência do município, separadas por conselho ou comissão, garantindo fácil consulta pela população.

Uma emenda supressiva, de autoria da

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aprovada em plenário, retirou do projeto o Artigo Quinto, que previa responsabilização administrativa do agente público ou autoridade competente, nos termos da legislação vigente, nos casos de descumprimento da lei.

Justificando a apresentação da matéria, a vereadora Tirzah argumentou que a proposta tem como objetivo garantir maior transparência na atuação dos conselhos e comissões municipais, órgãos fundamentais para a participação popular e controle social das políticas públicas. A ausência ou demora na publicação das atas compromete o acompanhamento da sociedade sobre as decisões tomadas, enfraquecendo a fiscalização e a confiança nas instituições.

Ao estabelecer prazo certo para divulgação, especialmente no Diário Oficial e em meio digital, o município assegura o acesso rápido à informação, em consonância com os princípios da administração pública, especialmente a publicidade e a eficiência.

Justificando a apresentação da emenda supressiva, os membros da

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final afirmaram que a criação de hipóteses de responsabilização funcional e a definição de sanções aplicáveis a agentes públicos inserem-se no âmbito do regime jurídico dos servidores públicos, matéria cuja iniciativa legislativa é reservada ao chefe do Poder Executivo. Dessa forma, a manutenção do dispositivo poderia acarretar vício de iniciativa e afronta ao princípio da separação dos poderes, comprometendo a constitucionalidade da proposição.

Os vereadores João Vitor Leite Rabelo, Alex Enfermeiro e Tirzah Teixeira de Freitas, que compõem a bancada do Partido NOVO, votaram contra a emenda supressiva.

Discordando do parecer jurídico quanto à supressão do Artigo quinto, a autora do projeto, vereadora Tirzah, argumentou que em momento algum o projeto implica na criação de uma punição. Apenas falava da responsabilidade administrativa do agente público ou autoridade competente, nos termos da legislação vigente, ou seja, o parágrafo visava exclusivamente o cumprimento da lei.

Distância para entrega de receitas médicas dificulta vida de pacientes



Sérgio pediu um local mais próximo, evitando grandes deslocamentos.

O vereador Sérgio Damião Moraes, líder da bancada do PL na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, questionou a secretária municipal da Saúde, Sheila Cristina da Silva Ramos Vilela, sobre a entrega de receitas relativas a consultas feitas no Núcleo de Saúde, o que tem sido feito somente no PSF de São José do Bicudo, obrigando pacientes a percorrerem uma grande distância para terem acesso ao documento necessário à aquisição dos medicamentos.

Falando durante a sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 15 de junho de 2026, da qual participou a secretária, Sérgio informou ter recebido o questionamento de pacientes, que encontram dificuldades no deslocamento.

Em resposta, a secretária esclareceu que o Núcleo não deixou de entregar as receitas, mas foram determinados dias específicos da semana para os vários setores da cidade. Caso as receitas não sejam procuradas no dia correto, aí sim, serão entregues no posto do PSF de ori-

gem. Sheila esclareceu que a medida foi necessária, pois as receitas estavam se perdendo, ao serem deixadas nas caixas de correio ou porque as pessoas ficavam de buscá-las, mas não o faziam. Acrescentou que a Secretaria também está tentando levar os pacientes até o PSF, para que seja feito o acompanhamento de problemas de saúde como hipertensão e controle de glicose, mas que ainda permanece um dia para a entrega no Núcleo.

Na sessão ordinária da Câmara realizada no dia 29 de junho, Sérgio voltou ao assunto para questionar por que não foi estabelecido um local mais próximo para a entrega dessas receitas, pois a grande distância tem dificultado muito para os pacientes, que já estão pensando em alugar, uma vez por mês, um veículo para fazerem esse tipo de deslocamento.

Concluindo sua reivindicação, Sérgio pediu a atenção da secretária, para que consiga resolver o problema, diminuindo o transtorno para muitos munícipes.

Mato nas margens de ruas e córregos aumenta riscos à saúde da população

Uma necessária e urgente limpeza das margens de córregos urbanos e de algumas ruas da cidade foi a reivindicação trazida ao plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas pelo vereador Alex Enfermeiro (NOVO), nas sessões legislativas ordinárias dos dias 01 e 15 de junho de 2026. Conforme argumentou o parlamentar, ruas como a Dionésio José Costa e também as margens dos córregos apresentam uma vegetação muito alta e espessa, aumentando os riscos de queimadas e, em consequência, afetando a saúde da população.

Alex lembrou que os vereadores da bancada do Partido NOVO, da qual ele faz parte, já encaminhou requerimento neste sentido ao Poder Executivo, em vista dos problemas que podem ocorrer, especialmente no período de seca, quando esse tipo de vegetação fica mais propenso ao fogo. Preocupado com a situação, Alex grifou que até naquele momento nada havia sido feito pelos órgãos públicos responsáveis, nem mesmo uma simples

roçada. “A gente já está vendo a entrada do período de seca, já com ocorrência de queimadas, que prejudicam não somente o meio ambiente, mas a saúde da população. Tenho visto, de perto, o grande aumento de doenças respiratórias este ano, como pneumonias silenciosas, muitas bronquiolites e bronquites”, ressaltou o vereador, pedindo ao Executivo e à Secretaria de Obras que dê andamento à limpeza o mais rápido possível, com o objetivo de amenizar o máximo possível a incidência de queimadas durante este ano. Da mesma forma, Alex apontou a proliferação de animais venenosos em maior quantidade neste período do ano.

Voltando ao tema, na sessão ordinária do dia 15 de junho, Alex constatou o início do trabalho no córrego da Avenida Firmino José de Freitas, antiga Ipê Amarelo. Agradecendo à Prefeitura pela iniciativa, o vereador pediu que seja retirada do local a vegetação cortada, para que não se transforme em foco de incêndio e criadouro de animais peçonhentos.

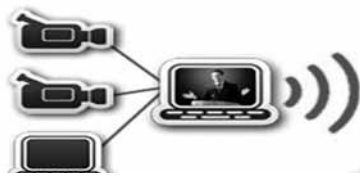


Alex destacou o grande aumento das doenças respiratórias em 2026.

Assista às reuniões da Câmara de Carmópolis de Minas sem sair de casa

As sessões ordinárias do Legislativo são transmitidas ao vivo.

Todas as segundas-feiras, às 18h30, no site, Facebook e YouTube da Câmara.



— REQUERIMENTOS —

Requerimentos coletivos

Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE); Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD); Claudinei Vicente da Silveira (REDE); Benedito Luiz da Silva (PSD); Gustavo Henrique Oliveira (PSD) e Sérgio Damião Morais (PL)

Alvarás de construção e de habite-se - Que Poder Executivo, por meio da secretaria municipal competente, preste as seguintes informações: quantitativo de alvarás de construção e de habite-se emitidos pelo município, no período compreendido entre janeiro de 2026 até a presente data. Caso a Prefeitura tenha sido multada pelo fato de expedir alvará de construção e/ou habite-se no ano de 2026, informar valor e motivo da multa, tendo em vista diversos questionamentos recebidos pelos vereadores.

Política municipal de proteção ao patrimônio histórico - Informações acerca da atual situação envolvendo a política municipal de proteção ao patrimônio histórico, em virtude da paralisação de novas obras no município localizadas nas proximidades de imóveis tombados, fato que tem gerado preocupação e impactos aos proprietários e à população. Informar se o município figura como réu em algum processo judicial relacionado ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e às questões envolvendo imóveis tombados. Se sim, qual a atual situação do processo. Quais medidas já foram adotadas para cumprimento das solicitações e recomendações apresentadas pelo Ministério Público. Qual a previsão para regularização do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, incluindo a nomeação dos novos membros e retomada efetiva de suas atividades. Quais providências estão sendo tomadas para solucionar os entraves que ocasionaram a paralisação das obras próximas aos bens tombados.

Alex Enfermeiro (NOVO); João Vitor Leite Rabelo (NOVO); Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO); Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE); Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD); Gustavo Henrique Oliveira (PSD); Benedito Luiz da Silva (PSD) e Sérgio Damião Morais (PL)

Respostas a requerimentos - Que as respostas aos requerimentos aprovados pela Casa Legislativa sejam encaminhadas de forma individualizada, contendo referência específica ao número, autoria e conteúdo de cada requerimento, bem como sejam respondidas de forma clara, objetiva e completa, tendo em vista a necessidade de garantir maior organização, transparência, clareza e efetividade na comunicação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, facilitando o acompanhamento das demandas apresentadas pelos vereadores, bem como o retorno à população.

Alex Enfermeiro (NOVO); João Vitor Leite Rabelo (NOVO) e Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO)

Convocação - Convocação da Secretária Municipal de Saúde para prestar esclarecimentos acerca do não cumprimento da Lei Municipal nº 2.474, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação da lista de pacientes que aguardam consultas, exames e cirurgias no sistema público municipal de saúde. A Lei nº 2.474/2025 estabeleceu o prazo de cento e oitenta dias para implementação das medidas previstas. Entretanto, o referido prazo já se encerrou, sem que a população tenha acesso às informações exigidas pela norma legal.

Convocação - Convocação das secretárias municipais de Fazenda e Administração, bem como de servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento dos contratos firmados com a empresa Proseguir, para comparecer perante a Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, a fim de prestar esclarecimentos e apresentar documentação relacionada à execução dos referidos contratos.

Rua São Genaro - Que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal solicitando os seguintes esclarecimentos referentes à Rua São Genaro: Qual o motivo da não conclusão dos serviços de tapa-buracos e/ou recapeamento asfáltico em toda a extensão da referida via pública? Qual foi o critério técnico adotado para a realização do recapeamento em apenas parte da rua, deixando o restante da via sem a devida manutenção? Considerando que a infraestrutura do loteamento foi executada por empresa responsável pelo empreendimento, já foi realizada notificação formal à empresa em razão das irregularidades constatadas no pavimento da via? Em caso positivo, encaminhar cópia da notificação expedida, bem como informar quais providências foram exigidas da empresa e os respectivos prazos para correção. Em caso negativo, esclarecer os motivos pelos quais ainda não foi efetuada a notificação da empresa responsável.

Processo Legislativo e Administrativo Eletrônico - Que a mesa diretora da Câmara estude a possibilidade de apresentação de projeto de resolução, instituindo o Processo Legislativo e Administrativo Eletrônico no âmbito da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, conforme minuta anexada ao requerimento, em vista da necessidade de modernização dos procedimentos internos da Casa Legislativa, mediante a adoção de ferramentas tecnológicas que proporcionem maior eficiência, celeridade, economicidade, transparência e segurança na gestão documental e na tramitação dos processos legislativos e administrativos.

Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD); Gustavo Henrique Oliveira (PSD) e Rafael Batista dos Reis (MDB)

Centro Conviver Ativo Theresa Christina Silveira Diniz

- Que seja realizada avaliação técnica e posterior implantação de uma passagem elevada para pedestres nas proximidades do Centro Conviver Ativo Theresa Christina Silveira Diniz, atendendo pedidos dos usuários do referido centro, bem como de pedestres que transitam diariamente pelo local. A medida visa proporcionar maior segurança na travessia da via pública, especialmente para idosos, pessoas com mobilidade reduzida e demais frequentadores das atividades desenvolvidas no centro.

Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO); João Vitor Leite Rabelo (NOVO); Alex Enfermeiro (NOVO); Sérgio Damião Morais (PL); Benedito Luiz da Silva (PSD); Gustavo Henrique Oliveira (PSD); Claudinei Vicente da Silveira (REDE); Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD) e Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE)

Programa municipal de proteção e defesa animal - Que seja solicitado ao Poder Executivo, informações e providências quanto à possibilidade de implantação de um programa municipal de proteção e defesa animal, contemplando: 1. Realização de Censo Animal Municipal, ainda em 2026; 2. Participação e apoio técnico de médicos veterinários; 3. Criação do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Animal; 4. Criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais; 5. Implantação de sistema de identificação por microchips nos animais; 6. Aquisição de leitores de microchips.

João Vitor Leite Rabelo (NOVO) e Alex Enfermeiro (NOVO)

Veículos abandonados - Que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, solicitando a realização de limpeza dos passeios públicos localizados nas proximidades das oficinas mecânicas, bem como a fiscalização e adoção das providências cabíveis quanto à permanência de veículos abandonados ou estacionados de forma permanente em vias e logradouros públicos, nos termos da Lei Municipal nº 2.050, de 28/02/2014. Que sejam adotadas medidas para a retirada de restos e peças automotivas descartadas irregularmente em vias. Encaminhamento à Casa Legislativa de relatório atualizado, visando contribuir para a manutenção da limpeza urbana, da segurança pública, da mobilidade de pedestres e da adequada utilização dos espaços públicos municipais.

Requerimentos individuais

Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE)

Transporte para pacientes de hemodiálise - Disponibilização de transporte exclusivo para os pacientes do município que realizam tratamento de hemodiálise, diante das dificuldades enfrentadas pelos pacientes que necessitam se deslocar frequentemente para realização do tratamento, muitas vezes em condições de grande desgaste físico e emocional. O transporte compartilhado e as longas esperas acabam agravando ainda mais a situação desses usuários, que já enfrentam uma rotina extremamente delicada.

Contas de água - Ao Serviço de Saneamento Municipal - SESAM, que informe o valor cobrado por metro cúbico (m³) de água e que tal informação passe a constar de forma discriminada nas contas de água emitidas aos consumidores, garantindo maior transparência na cobrança dos serviços prestados pelo SESAM, possibilitando aos consumidores o pleno conhecimento acerca do valor efetivamente cobrado por metro cúbico de água consumida.

Sérgio Damião Morais (PL)

Reforma e manutenção de parque infantil - Que a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural realize, com urgência, reforma e manutenção do parque infantil localizado na praça do Bairro Santo Antônio, em razão das condições precárias em que se encontram os brinquedos e demais estruturas, apresentando desgaste, peças danificadas e possíveis riscos à segurança dos usuários.

Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO)

Contratos firmados com a empresa Proseguir - Seja oficiado o Poder Executivo Municipal para que apresente, de forma integral e documental, as informações e comprovações solicitadas no Requerimento nº 97/2026, referentes aos contratos firmados com a empresa Proseguir, considerando que a resposta encaminhada por meio do Ofício GAB/PREF nº 226/2026 limitou-se a informações genéricas acerca da adoção de providências administrativas, sem a juntada dos documentos efetivamente requeridos.

Rua Dionésio José Costa - Que sejam adotadas, com urgência, as providências cabíveis em relação ao lote situado na Rua Dionésio José Costa, que, conforme relatos de moradores, encontra-se em estado de abandono, com mato alto e ausência de manutenção, favorecendo a proliferação de animais peçonhentos, tendo sido relatado, inclusive, o aparecimento de uma possível aranha-armadeira nas proximidades, fato que gera grande preocupação, especialmente por haver crianças residindo nas imediações.

Regularização Fundiária Urbana (REURB) - Que o secretário municipal de Assistência Social encaminhe à Câmara informações referentes aos processos de Regularização Fundiária Urbana (REURB), em razão de diversos relatos de moradores que

informam ainda não terem recebido a documentação.

Marcelo de Freitas dos Reis (UNIÃO)

Novo Parque de Exposições - Realização de estudo técnico acerca da viabilidade de disponibilização de terreno de propriedade do município, localizado no Bairro Monte Carmelo, para a implantação de um novo Parque de Exposições. O espaço atualmente utilizado para a realização de eventos de grande porte já não comporta adequadamente o crescente número de participantes e visitantes, além de apresentar limitações à possibilidade de expansão de sua estrutura.

Central de Marcação de Consultas e Exames - Que seja realizada avaliação da viabilidade de transferência da Central de Marcação de Consultas e Exames, atualmente em funcionamento na Policlínica Municipal, para uma área mais central do município, atendendo a diversas solicitações apresentadas por usuários da rede municipal de saúde, que relatam dificuldades de acesso ao local, tendo em vista a distância em relação aos demais bairros da cidade.

Segurança viária - Que seja realizado estudo técnico visando a alteração do fluxo de veículos no cruzamento da Avenida Dom Alexandre Gonçalves do Amaral com as Ruas Valter de Castro e Américo Paolinelli, no entorno da Praça do Carmo, promovendo maior segurança viária no local.

Rua Walter de Castro - Realização de estudo técnico e posterior execução de melhorias urbanísticas na Rua Walter de Castro com a Praça José de Souza Morais, visando melhorar as condições de mobilidade, acessibilidade e segurança de pedestres e motoristas que utilizam diariamente a via, especialmente em razão da largura reduzida da pista e a curva existente no sentido centro e Bairro Aparecida.

Claudinei Vicente da Silveira (REDE)

Iluminação pública - Que seja realizada a manutenção na iluminação pública no entorno da Capela Senhor dos Passos, na Praça dos Passos, tendo em vista a existência de quatro luminárias apagadas no local, para garantir maior segurança aos fiéis, e usuários da Praça e demais pessoas que transitam pela região, especialmente no período noturno, além de proporcionar melhores condições de visibilidade e bem-estar à população.

Gustavo Henrique Oliveira (PSD)

Rua Juca Percílio - Que seja analisada a possibilidade de instalação de um poste de iluminação pública, bem como de um braço com luminária, no final da Rua Juca Percílio, nas proximidades do número 338, no Bairro de Fátima, uma vez que o trecho possui iluminação insuficiente, o que compromete a segurança de pedestres e moradores que transitam pelo local durante o período noturno.

Comunidade da Lage - A pedido dos moradores locais, a instalação de braço e luminária na estrada principal da Comunidade da Lage, nas proximidades do estabelecimento conhecido como Toca dos Leões, conforme indicado em mapa, visando atender à reivindicação dos moradores da região, tendo em vista a necessidade de melhoria da iluminação pública.

Extensão da rede de iluminação pública - Que seja analisada a possibilidade de realizar a extensão da rede de iluminação pública no trecho compreendido entre a bifurcação da estrada principal da Comunidade da Lage e a entrada da Capela da Lage. Moradores relatam a necessidade da ampliação da iluminação pública, visando proporcionar maior segurança aos pedestres, motoristas e demais usuários da via, especialmente no período noturno.

Rua Flor do Campo - Estudo técnico para verificar a viabilidade da instalação de um quebra-molas na Rua Flor do Campo, nas proximidades do número 314, no Bairro Jardim América, atendendo solicitação dos moradores, tendo em vista o tráfego de veículos em velocidade incompatível com a segurança do local, colocando em risco pedestres, ciclistas e demais usuários da via.

João Vitor Leite Rabelo (NOVO)

Rua Maria de Lourdes Costa - Que seja encaminhado expediente à Comissão Municipal de Trânsito, solicitando a realização de estudo técnico para avaliar a viabilidade da implantação de estacionamento de veículos em apenas um dos lados da Rua Maria de Lourdes Costa, localizada no Bairro Amaral, em razão das recentes alterações no sistema semafórico existente no cruzamento próximo à referida via, fato que tende a aumentar significativamente o fluxo de veículos na via, que também abriga uma escola estadual, que gera intenso movimento diário de pedestres, especialmente adolescentes, pais e profissionais da educação nos horários de entrada e saída das aulas. O estacionamento em ambos os lados da rua pode reduzir a largura útil da pista, dificultando a circulação dos veículos e comprometendo a segurança dos pedestres.

Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD)

Rua Sancler José dos Reis - Corte e/ou poda dos bambus que se encontram próximos à rede elétrica da CEMIG localizados na Rua Sancler José dos Reis, no Bairro Graminha, próximo à igreja evangélica, causando interferência na fiação elétrica que atende a igreja, comprometendo a segurança do local e podendo ocasionar danos na rede, interrupção no fornecimento de energia e riscos à população.

Garis recebem moção de aplauso por relevantes serviços à cidade



Honraria foi entregue pela Câmara em sessão ordinária.

Por proposição do vereador Rafael Batista dos Reis, líder da bancada do MDB e em homenagem ao Dia do Gari, comemorado em 16 de maio, a Câmara Municipal de Carmópolis de Minas entregou, na sessão ordinária do dia 01 de junho de 2026, moção de aplauso aos garis que atuam no Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM). A moção foi aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 18 de maio de 2026, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelos profissionais responsáveis pela limpeza urbana e conservação da cidade. Estiveram presentes e acompanharam a cerimônia o diretor do SESAM Pedro Lucas Gonçalves de Souza e o coordenador de resíduos sólidos Adenilton Antônio Pinto.

Receberam a honraria os funcionários: Setor de varrição - Aparecida do Carmo Márcio; Cássia Cristina Justino Pinto; Cássio Tadeu dos Santos; Juvenal Teixeira Lopes; Lucineia Ferreira; Oswaldo Cruz de Castro e Rosângela Aparecida Anselmo Almeida Silva. Setor de coleta - Celson Ricardo Santos; Cristian Douglas

Calixto; Eduardo Alves da Luz Santos; Fábio Henrique Alexandre; José Ricardo Alexandre e Marcelo Leandro de Bastos.

Em nome dos garis falou Cássia Cristina. Ela agradeceu a iniciativa, declarou ser aquele momento muito emocionante para todos e destacou a importância do trabalho dos garis. Argumentou que, assim como um médico: os garis cuidam da saúde, não apenas de uma pessoa, mas de todos.

O diretor Pedro Lucas agradeceu aos servidores, destacando a felicidade de todos ao receberem a comunicação da Câmara. Ele também agradeceu ao proponente da moção, vereador Rafael Reis, a todos os vereadores e ressaltou a importância dos garis no dia a dia da cidade. Lembrou sobre a luta da categoria no Senado Federal, pela instituição do piso salarial e condições de trabalho adequadas.

Em seu pronunciamento, Rafael Reis agradeceu a todos os trabalhadores da limpeza urbana de Carmópolis de Minas. Disse que naquele dia a Casa Legislativa prestava uma justa homenagem a homens e mulheres que desempenham um trabalho essencial para

o município, com dedicação, responsabilidade e muito esforço, ajudando a manter a cidade limpa, organizada e acolhedora.

“Esta moção de aplauso simboliza o reconhecimento do povo carmopolitano pela importância do trabalho que vocês realizam diariamente. É uma homenagem bem simples, diante da grande contribuição que oferecem à nossa cidade, mas feita com muito respeito e admiração”, acrescentou.

Também falaram a vereadora Tírzah Teixeira de Freitas (NOVO) e os vereadores Alex Enfermeiro (NOVO); João Vitor Leite Rabelo, líder da bancada do NOVO; Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO; Benedito Luiz da Silva (PSD); Gustavo Henrique Oliveira, líder da bancada do PSD; Sérgio Damião Moraes, líder da bancada do PL; Fernando Luis Rabelo Lebron, líder da bancada do REDE; Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD) e Claudinei Vicente da Silveira (REDE).

A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Encontro de Capoeira recebe agradecimento e elogio de vereador



Para Benedito, evento foi um momento de encontro e alegria.

O Trigésimo Segundo Encontro de Capoeira e Troca de Cordas, realizado em Carmópolis de Minas no dia 07 de junho de 2026 pelo Grupo Arte Encanto Capoeira, foi destacado pelo vereador Benedito Luiz da Silva (PSD), na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 08 de junho.

O parlamentar comunicou que esteve presente no evento e agradeceu aos organizadores - mestres Natalino e Tico Tico e contramestre Marcão - pela excelente iniciativa, que reuniu capoeiristas locais e de outras cidades, proporcionando um saudável momento de encontro e alegria para a juventude.

“Quero agradecer aos mestres e ao contramestre, por retirarem crianças do mau caminho das drogas e das telas. Fico muito feliz com esse trabalho”, disse o vereador, pedindo que o Grupo Arte Encanto Capoeira possa continuar promovendo esse tipo de evento para a cidade, sempre contando com seu apoio e presença.

A Associação Arte Encanto Capoeira é um dos projetos culturais e esportivos mais tradicionais de Carmópolis de Minas, com raízes desde 1992. Sob o comando do mestre Natalino (Sebastião Natalino Justino), o grupo é uma referência no município, promovendo a capoeira regional, inclusão social e manutenção da herança afro-brasileira.

O grupo fez história ao se tornar o primeiro e único ponto de cultura certificado em Carmópolis de Minas, um reconhecimento oficial do seu impacto na cidade.

A associação também foi declarada de utilidade pública, tanto em Carmópolis de Minas quanto no município vizinho de Cláudio (MG), onde possui um núcleo de atuação.

O grupo realiza o tradicional Encontro de Capoeira e Troca de Cordas na cidade, que atrai capoeiristas e mestres de toda a região. Está ativamente presente em eventos regionais, como a Copa de Capoeira de Divinópolis, levando o nome de Carmópolis para diversos polos do esporte.

Moção de aplauso Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Carmópolis de Minas – APHOCAM

Nos termos do inciso XI do artigo 139 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresentamos a presente **MOÇÃO DE APLAUSO** à Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Carmópolis de Minas – APHOCAM, em reconhecimento à sua relevante contribuição para o fortalecimento da agricultura, da economia e do desenvolvimento do município.

A APHOCAM consolidou-se como a principal entidade representativa dos produtores de hortifrutigranjeiros do município, desempenhando papel essencial na organização da cadeia produtiva e na valorização do trabalho rural. Em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, tem promovido importantes ações voltadas à assistência técnica, capacitação dos produtores e desenvolvimento sustentável da atividade agrícola.

Entre suas maiores conquistas destaca-se a criação do entreposto FHORTI, estrutura que fortaleceu a comercialização da produção local, oferecendo melhores condições de armazenamento, logística e acesso ao mercado, contribuindo significativamente para o aumento da competitividade dos produtores de Carmópolis de Minas.

A entidade também é responsável pela realização da tradicional Feira de Negócios do Tomate, evento que se tornou referência regional, impulsionando a inovação, a troca de conhecimentos, o fortalecimento das parcerias comerciais e a divulgação do potencial agrícola do município.

Em um cenário que reúne aproximadamente 2 mil produtores rurais, com destaque para as culturas do tomate e de diversas hortaliças, o trabalho associativo desenvolvido pela APHOCAM demonstra a força da união entre os agricultores, proporcionando benefícios concretos como: assistência técnica e capacitação contínua; estrutura de pós-colheita e comercialização por meio do entreposto FHORTI; facilitação do acesso ao crédito rural; apoio à regularização documental dos produtores; fortalecimento da representatividade do setor junto às instituições públicas e privadas.

A atuação da APHOCAM é exemplo de comprometimento com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, a valorização do produtor rural e o crescimento sustentável de Carmópolis de Minas.

Diante de sua relevante trajetória e dos expressivos resultados alcançados em benefício da comunidade, esta Casa Legislativa presta justa homenagem à Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Carmópolis de Minas – APHOCAM, registrando seu reconhecimento e gratidão pelos relevantes serviços prestados ao município.

Carmópolis de Minas, 26 de junho de 2026.

Tírzah Teixeira de Freitas (NOVO); João Vitor Leite Rabelo (NOVO) e Palmério Alex Castro Ferreira (NOVO)

Instabilidades no sinal da Vivo continuam prejudicando o município

As constantes instabilidades no sinal de telefonia e internet da operadora Vivo em Carmópolis de Minas voltaram a ser alvo de manifestação na Câmara Municipal. Na sessão ordinária do dia 15 de junho de 2026, o vereador João Vitor Leite Rabelo, líder da bancada do NOVO, cobrou do Poder Executivo um posicionamento frente à operadora, para que a empresa faça investimentos no município e o problema seja sanado.

Conforme o relato de João Vitor, a semana anterior havia sido a mais caótica em relação à instabilidade do sinal da Vivo, utilizado por grande parte da população. “Quando o sinal da Vivo sai do ar, a cidade também sai do ar”, grifou o parlamentar, lembrando que, mesmo com todas as interrupções, quem não paga a conta tem o sinal cortado. “A gente paga para usar e não há serviço que preste nessa operadora”, criticou.

Por esses motivos, o vereador sustenta que o Poder Executivo precisa se empenhar mais na cobrança não apenas da Vivo, mas de todas as empresas que operam no município, pois na ocorrência desse tipo

de problema, “quem paga o pato” é o cidadão. Ele destacou a necessidade de cobertura de bom nível e permanente, tomando como exemplo os moradores da zona rural, que precisam enviar mensagens ou vender suas mercadorias, prioridades diretamente prejudicadas pelos apagões.

Ainda sobre o sinal de telefonia em Carmópolis de Minas, João Vitor destacou que cidades vizinhas já dispõem de sinal 5G, entre elas Oliveira, Cláudio e Itaguara, enquanto Carmópolis continua com 4G, ou seja, as outras cidades estão evoluindo mais. Daí a necessidade do Executivo cobrar, com firmeza, as melhorias no sinal.

O vereador lembrou que, em 2025, ele já havia enviado dois ou três requerimentos ao Poder Executivo, fazendo o mesmo tipo de cobrança, além de ter feito contatos com deputado relatando o problema. Para João Vitor, o Poder Executivo Municipal precisa ser mais enfático nas cobranças. O parlamentar disse saber que a instabilidade não é apenas local, pois a região toda sofre com as interrupções, mas em Carmópolis elas têm sido mais acentuadas. Por isso a sua cobrança por ações do Poder Executivo.



João Vitor pediu providências ao Poder Executivo para melhorar o serviço.

Trator anunciado para tomaticultores não servirá aos mais pobres, lamenta vereador



Marcelo destacou a importância de se indicar entidades que realmente precisam.

O vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO, lamentou que um trator com seus devidos implementos, conseguido para o município de Carmópolis de Minas por meio do deputado federal Domingos Sávio (PL-MG) para uso na Associação de tomaticultores, não será utilizado pela população rural mais pobre, que mais necessita do serviço.

“Que pena que o pobre não terá acesso”, disse Marcelo, em pronunciamento feito na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 22 de junho de 2026. O parlamentar acrescentou que, quem conhece a associação, sabe que ela é formada por pessoas de bom poder aquisitivo, não precisando da ajuda de um

trator que a eles acaba de ser destinado.

Na mesma dimensão, Marcelo lembrou de pronunciamento feito por ele quando, em gestão anterior, foi destinada à mesma entidade uma máquina seletora de tomates, no valor de R\$ 700 mil. Lembrou que poucos associados tinham acesso ao equipamento e nem mesmo sabe se funcionou, estando hoje arrendada.

Para Marcelo, todo recurso é importante, mas ainda mais importante é indicar entidades que realmente precisam. “Deixo aqui para a população carmopolitana: faça uma pesquisa para ver quem são os associados que receberão esse trator, para ver se realmente precisam”, concluiu o líder do governo.

Requerida construção de passagem elevada próximo ao Centro Conviver Ativo



Gilberto alertou para os riscos de acidentes envolvendo pedestres.

Por meio de requerimento aprovado por unanimidade no plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas e encaminhado ao Poder Executivo, o vereador Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD), vice-presidente do Legislativo, solicitou uma avaliação técnica e posterior implantação de uma passagem elevada para pedestres, nas proximidades do Centro Conviver Ativo Theresa Christina Silveira Diniz. O requerimento também recebeu as assinaturas dos vereadores Rafael Batista dos Reis, líder da bancada do MDB e Gustavo Henrique Oliveira, líder da bancada do PSD.

Conforme exposto pelo autor, a solicitação atende aos pedidos dos usuários do referido centro, bem como de pedestres que transitam diariamente pelo local, proporcionando maior segurança na travessia da via pública, especialmente para idosos, pessoas com mobilidade reduzida e demais frequentadores das atividades

desenvolvidas no centro.

A instalação da passagem elevada contribuirá para a redução da velocidade dos veículos, minimizando os riscos de acidentes e garantindo melhores condições de acessibilidade e mobilidade urbana para toda a comunidade.

Abordando o tema, na sessão ordinária da Câmara realizada no dia 8 de junho de 2026, Gilberto destacou a importância da instalação da passagem elevada, pois já ocorreram dois acidentes no local. Ele chamou a atenção dos membros da Comissão Municipal de Trânsito, para que visitem o local em dias e horários em que o trânsito de veículos e de pedestres se intensifica, aumentando os riscos de atropelamentos.

“Não podemos pagar para ver, pois pessoas podem se machucar ou até mesmo serem vítimas de situações piores”, assinalou o parlamentar.



PARA FALAR COM A
CÂMARA MUNICIPAL



UTILIZE O TELEFONE OU WHATSAPP

37 3407 0089

População paga conta anual de R\$ 157 mil por isenção de tarifas de órgãos públicos



Para Claudinei, tais órgãos deveriam arcar com as tarifas.

Em resposta ao Requerimento N° 139, de 18 de maio de 2026, encaminhado ao Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM) de Carmópolis de Minas, a autarquia informou à Câmara Municipal, que o montante não arrecadado com imóveis públicos municipais, atualmente beneficiados com isenção das tarifas de água, esgoto e resíduos sólidos, é de R\$ 13.093,50 mensais. Por ano, o valor da isenção é de R\$ 157.122,10. As informações foram passadas pelo presidente do Legislativo, vereador Claudinei Vicente da Silveira (REDE), na sessão ordinária do dia 8 de junho de 2026. Claudinei ressaltou que, se o município não paga, quem paga é o cidadão, sendo que o débito é dividido nas contas dos contribuintes.

Claudinei lembrou que a Lei Municipal n° 2.168/2017 isentou os prédios públicos, próprios ou cedidos, utilizados pela administração direta e indireta, do pagamento das tarifas.

“Com isso nós, contribuintes, estamos fazendo o pagamento dessas contas”, destacou Claudinei, comprometendo-se a trabalhar, juntamente com os vereadores e setor jurídico do Legislativo, no sentido de fazer

com que tais órgãos públicos arquem com as tarifas, tirando esse encargo dos ombros da população, já onerada pelas tarifas sociais que também recaem sobre os contribuintes.

“Vamos trabalhar para conseguir o que for melhor para a população”, concluiu Claudinei.

O requerimento enviado ao SESAM, assinado por Claudinei e pelos vereadores Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD); Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE); Benedito Luiz da Silva (PSD); Gustavo Henrique Oliveira (PSD e Sérgio Damião Morais (PL) pediu a relação completa dos imóveis públicos municipais atualmente beneficiados com isenção das tarifas; valor mensal estimado que cada imóvel deixa de pagar em razão da isenção concedida; montante total mensal e anual que a autarquia deixa de arrecadar, em decorrência da referida isenção.

Na justificativa do requerimento, os vereadores argumentaram que faz-se necessária a transparência quanto aos imóveis beneficiados, bem como quanto aos impactos financeiros suportados pela autarquia municipal, em razão da concessão da referida isenção, permitindo a adequada análise e fiscalização por parte do Poder Legislativo.

Vereador pede melhorias para a Policlínica



Gustavo citou ações previstas no plano de governo da atual administração.

A necessidade de implantação, na Policlínica Municipal de Carmópolis de Minas, do regime de funcionamento 24 horas, foi apontada pelo vereador Gustavo Henrique Oliveira, líder da bancada do PSD, na sessão ordinária da Câmara realizada no dia 08 de junho de 2026. O parlamentar lembrou que a melhoria consta no plano de governo do atual prefeito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO), e que, apesar da administração ter até 2028 para cumprir a meta, hoje se vê um retrocesso no setor, com a unidade passando a não mais atender aos sábados, conforme publicação da Prefeitura.

Manifestando seu pesar pelas restrições do atendimento, Gustavo também citou trecho do plano de governo que fala sobre o credenciamento de laboratórios para suporte e exames no atendimento de emergência na Policlínica, não tendo visto nada nesse sentido. Da mesma forma, a implantação de serviço de imagem na unidade (Raio-X); manutenção do convênio com a Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Carmo e apoio na melhoria da estrutura física.

Ainda citando literalmente o atual plano de governo, Gustavo leu o item que

promete trabalhar para trazer mais especialidades médicas, evitando que pacientes se desloquem para outras cidades. Outros dois pontos falam no planejamento e controle de estoque para evitar a falta de medicamentos e na redução na fila de espera de exames, consultas e outras especialidades.

Gustavo relatou recente visita à Policlínica, onde funcionários cobraram o cumprimento da Lei Municipal n° 2.474, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação da lista de pacientes que aguardam consultas, exames e cirurgias no sistema público municipal de saúde, o que, para ele, também é de grande necessidade, tratando-se de uma lei aprovada pela Câmara e sancionada pelo prefeito, que, portanto, precisa ser cumprida.

Outro item do plano de governo também destacado por ele é o que prevê a manutenção e a ampliação de especialidades médicas na Policlínica. “Vemos que foram inseridos diversos itens no plano de governo, mas hoje a gente constata que muitos não estão em execução. Vamos ficar atentos a esta situação e cobrar, pois saúde pública merece atenção”, grifou Gustavo.

Transparência, fiscalização e saúde pública marcam manifestações de vereadora



Tirzah: “Legislar e fiscalizar não significa criar obstáculos para a administração.”

Em suas manifestações durante as sessões ordinárias da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizadas no mês de junho de 2026, a vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO) concentrou suas argumentações em temas relacionados à transparência da administração pública, fiscalização dos atos do Executivo, saúde, infraestrutura urbana e proteção dos direitos dos cidadãos.

Um dos principais assuntos defendidos pela parlamentar foi o cumprimento da Lei da Transparência da Fila do SUS, projeto de autoria da bancada do NOVO. Durante a presença da secretária municipal de Saúde na Câmara, Tirzah cobrou a efetiva publicação das listas de espera para consultas, exames e procedimentos, lembrando que a legislação foi aprovada por unanimidade e já deveria estar em vigor.

Segundo a vereadora, a divulgação das filas permitirá que a população acompanhe sua posição de forma segura, por meio de protocolos, garantindo transparência sem violar a privacidade dos pacientes. Ela destacou ainda que essas informações também auxiliam os vereadores na destinação de recursos e emendas para reduzir as filas das especialidades com maior demanda.

Outro tema de destaque foi a defesa do projeto de lei, de sua autoria, que obriga a publicação das atas dos conselhos e comissões municipais. Tirzah afirmou que a medida fortalece a transparência da administração pública sem gerar impacto financeiro ao município. Mesmo após a aprovação de uma emenda supressiva ao texto original, o projeto foi aprovado por unanimidade.

Na área de fiscalização, a vereadora também cobrou esclarecimentos sobre contratos firmados entre o município e a empresa Proseguir. Durante a reunião realizada com representantes do Executivo, Tirzah relatou denúncias recebidas de trabalhadores envolvendo atrasos de pagamentos, diferenças salariais, ausência de recolhimento de FGTS e INSS e falta de

pagamento do terço constitucional de férias. A parlamentar afirmou que continuará acompanhando o caso.

Durante seu pronunciamento em plenário, Tirzah fez uma defesa do papel constitucional do vereador, destacando que legislar e fiscalizar não significa criar obstáculos para a administração municipal. “Nosso dever é representar a população, cobrar respostas e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. O sucesso da administração também representa o sucesso de Carmópolis de Minas”, afirmou.

A vereadora também apresentou críticas à morosidade da administração em diversas áreas, citando demandas relacionadas à limpeza urbana, iluminação pública, manutenção de vias, regularização de veículos públicos e melhorias para a Associação dos Artesãos e Costureiras (ACAT).

Na área ambiental, Tirzah chamou atenção para o aumento de escorpiões em bairros, solicitando ações preventivas e esclarecimentos sobre o manejo dos terrenos urbanos. Também pediu informações sobre o funcionamento do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros (CODEMM) que poderia ser voltado à proteção animal e do qual Carmópolis participa. Neste sentido, solicitou que o Legislativo convide os responsáveis a trazerem à Casa um relatório de tudo que foi feito e quais as melhorias conseguidas para a cidade.

No âmbito interno do Poder Legislativo, Tirzah também solicitou maior agilidade na tramitação de projetos de lei, implantação de protocolos eletrônicos, criação do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara e ampliação das ferramentas de transparência do Legislativo.

Ao encerrar suas manifestações, a parlamentar reafirmou que continuará exercendo seu mandato com independência, apresentando requerimentos, cobrando informações e fiscalizando a administração pública.

Aprovados recursos para estruturação do Fundo Municipal do Idoso

A Câmara Municipal de Carmópolis de Minas aprovou em dois turnos, por unanimidade, projeto de lei complementar do Poder Executivo, autorizando a abertura de crédito especial no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 51.000,00, destinados à estruturação do Fundo Municipal do Idoso. Para cobertura do crédito especial, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias.

De acordo com justificativa do prefeito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO), a iniciativa fundamenta-se nos seguintes pontos:

1. Deliberação do Conselho Municipal do Idoso: a proposta atende à decisão formal do conselho gestor, visando a autonomia financeira e a execução direta de políticas públicas voltadas à terceira idade.

2. Repasse a Entidades (Subvenções):

Com a inclusão da dotação de Subvenções Sociais (R\$ 30.000,00), o município terá amparo legal para apoiar financeiramente entidades parceiras que desenvolvem projetos sociais específicos para os idosos.

3. Estruturação Administrativa: Os recursos destinados a Material de Consumo (R\$ 21.000,00) serão aplicados na gestão do conselho e na execução de projetos próprios da unidade, garantindo eficiência administrativa.

4. Planejamento e Equilíbrio Financeiro: As novas ações serão integradas ao PPA 2026-202.

O prefeito ressaltou que a origem dos recursos provém da anulação parcial das fichas n° 571, 572 e 853 da unidade Fundo Municipal de Assistência Social. Trata-se, portanto, de um remanejamento estratégico interno, sem gerar qualquer aumento na despesa global do município.

Secretária explica atrasos na publicação da fila de espera do SUS

Convocada por meio de requerimento assinado pelos vereadores João Vitor Leite Rabelo, líder da bancada do NOVO; Alex Enfermeiro (NOVO) e Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO), a secretária municipal de Saúde, Sheila Cristina da Silva Ramos Vilela, compareceu à sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 15 de junho de 2026, para prestar esclarecimentos sobre o não cumprimento da Lei Municipal nº 2.474, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação da lista de pacientes que aguardam consultas, exames e cirurgias no sistema público municipal de saúde.

Os autores do requerimento observaram que a nova Lei determinou que o município promovesse, de forma clara, acessível e periódica, a divulgação das filas de espera do sistema público de saúde, assegurando transparência, controle social e respeito aos princípios da publicidade e eficiência da administração pública. A Lei também estabeleceu prazo de cento e oitenta dias para implementação das medidas previstas, encerrado sem que a população tivesse acesso às informações. Ressaltaram que, passados mais de dez meses da sanção da lei, ainda não há divulgação regular das listas de espera, tampouco informações públicas acerca da efetiva execução da legislação. Diante disso, fez-se necessária a convocação da secretária, para que esclarecesse quais medidas foram adotadas para cumprimento da Lei. Ainda segundo eles, a convocação buscou assegurar o devido respeito às leis aprovadas pela Casa Legislativa, bem como garantir transparência, fiscalização e respeito ao direito dos cidadãos de acesso às informações públicas relacionadas à saúde municipal.

Ocupando a Tribuna, Sheila informou que,

como tomou posse no início de 2026, responderia pelo tempo em que se encontra à frente da Pasta, ou seja, de janeiro a junho. Ela apresentou uma lista de prioridades que a obrigou a retardar o cumprimento da lei, entre elas nove ordens judiciais; aquisição de insumos odontológicos, medicamentos para dengue, médicos para procedimentos ginecológicos, clínica veterinária para castração cirúrgica, medicamentos do Estado e revisões de veículos. E informou que em quinze dias já seria possível colocar o sistema em funcionamento.

Questionada pelo vereador João Vitor, Sheila informou que o valor para a implantação do sistema ficará em torno de R\$ 16 mil, não incluída a manutenção. Para João Vitor, trata-se de um valor muito baixo, em vista do tamanho do benefício a ser gerado para os munícipes, que terão acesso a informações em tempo real, com os pacientes tendo uma perspectiva correta do atendimento. Sheila apontou o grande volume de pedidos a serem organizados, e convidou os vereadores a visitarem a Secretaria, para entenderem como tudo funciona. Acrescentou ser uma situação de difícil controle, em vista da fila do SUS não ser fixa, por conta de prioridades que acabam surgindo e provocando alterações. “A fila do SUS não tem como ser fixa. Hoje o paciente pode esperar, amanhã ele dá entrada no hospital e temos que passá-lo para emergência”, explicou a secretária. João Vitor acrescentou, então, ser exatamente isto o que se pretende passar para a população: a transparência e as informações em tempo real, dando aos pacientes a clareza do que realmente ocorre com a fila.

Além do tema específico da convocação, Sheila respondeu a questionamentos dos vereadores sobre outras áreas da saúde municipal.

O vereador Fernando Luis Rabelo Lebron, líder da bancada do REDE disse entender a atenção da secretária às prioridades de sua área, mas alertou que se trata do não cumprimento de uma lei votada na Câmara, o que pode ser visto como situação de improbidade administrativa. Lembrou que o Executivo teve 180 dias para fazer as devidas adequações, conforme acordado com a bancada do Partido Novo, e mesmo assim não cumpriu a decisão. “Trata-se de uma lei e há obrigação de executá-la”, concluiu.

Sobre o início da publicação da lista, a vereadora Tirzah perguntou à secretária se isso poderá ser feito até o próximo dia 22 de julho, data em que a lei completa um ano de sanção. Em resposta, Sheila disse não ter como afirmar se a lista será publicada até naquela data, pois ainda não conhecia o sistema, mas garantiu a publicação do resultado do processo licitatório e sua homologação, vindo, entretanto, a fase de treinamento e inserção de dados no sistema, o que poderá ser demorado, pois a lista é muito extensa.

Concluindo sua manifestação, a vereadora Tirzah reforçou o pedido de que a lei seja cumprida, pois a população tem o direito de acompanhar, com clareza e responsabilidade, suas posições na fila de consultas, exames e procedimentos. “Transparência não é favor, é respeito ao cidadão e compromisso como saúde pública mais organizada. Por isso, solicito que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir a aplicação efetiva da lei de transparência na fila do SUS, para aquilo que foi aprovado nesta Casa chegue, de fato, à população”, argumentou.

A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Secretárias atendem convocação e esclarecem sobre empresa “Prosseguir”



Cláudia (direita) detalhou ações em curso para proteger o erário e as funcionárias.

Atendendo convocação do Poder Legislativo, por meio de requerimento assinado pela vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO) e vereadores João Vitor Leite Rabelo, líder da bancada do NOVO e Alex Enfermeiro (NOVO), participaram da sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas do dia 22 de junho de 2026, a secretária municipal da Fazenda Janaína Jhaniffer Costa de Lima; secretária de Administração Cláudia Elaine Costa; controlador-geral Wesley Aparecido da Silva e o assessor jurídico da Prefeitura Samuel Gonçalves Dias, com o fim de prestar esclarecimentos e apresentar documentação relacionada à execução dos contratos com a Prosseguir, empresa terceirizada que fornece mão de obra para diversos setores da Prefeitura, como creches e serviços gerais e que tem sido alvo de debates frequentes, principalmente envolvendo atrasos no pagamento de salários.

Falando em nome dos signatários da convocação, a vereadora Tirzah apontou o recebimento de várias reclamações ao longo de seu mandato, entre elas atrasos em repasses, valores divergentes, terço de férias não pago, inadimplência no recolhimento de FGTS e INSS. Lembrou que, devido a isso, em 2025 foi realizada uma audiência pública na Câmara, mas o problema persiste.

No requerimento, foram solicitados comprovantes dos recolhimentos e do pagamento do terço de férias dos trabalhadores. Embora, segundo a Prefeitura, os pedidos tenham sido encaminhados à empresa, até aquele momento os documentos não haviam chegado à Câmara, o que, para os vereadores, é motivo de preocupação, pois várias funcionárias podem estar sendo lesadas. A vereadora perguntou por que os comprovantes ainda não haviam sido encaminhados ao Legislativo.

A secretária Cláudia informou que, logo após tomar posse, em janeiro de 2026, passou ao controle interno uma

notificação sobre o que realmente estava encontrando, pois sua preocupação é a mesma da vereadora, tanto em relação à Prefeitura quanto às funcionárias. Disse ter passado várias notificações e ofícios à empresa, sem que recebesse retorno. Em vista disso, e com a documentação em mãos, abriu um processo administrativo sancionador. Conduzido por comissão composta por cinco servidores efetivos, o processo faz uma análise das ocorrências, dando ampla defesa à empresa. A partir dos resultados, a comissão pode aplicar sanções mais rígidas contra a empresa, entre elas a proibição de participar de licitações em todo o país. O processo corre em sigilo e no momento são aguardadas as decisões. Disse que sua responsabilidade, como gestora, é fazer valer a lei, e que é preciso agir com máxima cautela, de forma que tudo não seja perdido, caso a empresa faça a judicialização do contrato, que foi prorrogado por mais seis meses, tempo necessário para que possa ser feita a transição de forma correta, sem onerar os cofres públicos e não gerando problemas para as trabalhadoras.

Cláudia informou que os repasses à empresa continuam sendo feitos normalmente pela Prefeitura. No momento, são repassados R\$ 3.249,00 relativos a cada funcionário, mais o adicional insalubridade. O valor bruto mensal repassado à empresa é de R\$ 281.230,42. No momento, são 61 funcionárias ativas.

A vereadora Tirzah pediu que, assim que houver uma decisão no processo sancionador, que a Prefeitura tome a iniciativa de comunicar o resultado à Câmara, sem a necessidade do envio de ofício ao prefeito.

Os representantes do Poder Executivo esclareceram sobre outros pontos questionados pelos vereadores, que pediram rapidez na solução do caso, que já se arrasta por muito tempo. A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.